

## **A expansão econômica e industrial para além da metrópole: a expansão metropolitana e reestruturação no estado do Rio de Janeiro.**

Floriano José Godinho de Oliveira  
Professor Adjunto  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
[fgodinho@uerj.br](mailto:fgodinho@uerj.br)

A organização das atividades econômicas contemporâneas é fortemente influenciada por um novo padrão tecnológico pautado nas redes de comunicação e informatização dessas atividades e das estruturas produtivas, em todos os campos da organização social. Essas novas referências permitem ao capital e seus agentes a redefinição de formas e estratégias de produção do espaço social e de organização do território, a partir do estabelecimento de outros padrões de relação com a força de trabalho e com os sujeitos que dominam e administram o uso dos territórios. São instituídas mais intensamente relações que têm origem em diferentes escalas, ou seja, sob a influência direta de novos centros de poder situados nas escalas mundial, nacional, regional e, ainda que de forma indefinida, local, que conjugam interesses dos agentes econômicos e sociais.

A intensificação do uso dessas novas tecnologias, particularmente a partir dos anos 1970 e 1980, põe em novas bases os conflitos e contradições históricas das lutas de classes na formação econômica e social capitalista. Instituem-se novas dinâmicas na relação capital-trabalho, intensificando-se o nível de exploração e exclusão social, ampliando-se o grau de subordinação do trabalho por meio da flexibilização das formas de contratação e participação do trabalhador na estrutura produtiva. Os interesses do capital e seus agentes induzem, ainda, a modificação do papel desempenhado pelo Estado no pós-guerra, nos marcos das políticas Keynesianas – em que este possuía uma relativa capacidade de regulação, ainda que integralmente subordinado –, e condicionam suas ações e capacidade de intervenção aos marcos do projeto neoliberal, que delinea uma ação mais voltada às novas estratégias de acumulação ampliada do capital. Institui-se, também, um intenso processo de desterritorialização e, ao mesmo tempo, reterritorialização das atividades produtivas e econômicas, face ao alto grau de mobilidade adquirida nessa conjuntura de mudanças e de reestruturação produtiva.

Uma das implicações mais importantes nesses processos se refere à mobilidade espacial adquirida pelo capital, que caracteriza a intensa reestruturação produtiva e espacial contemporânea. Esse é o aspecto que será destacado neste trabalho, com a perspectiva de discutir os efeitos das novas estratégias do capital, em termos de ampliação do uso dos territórios, a partir das pesquisas desenvolvida no estado do Rio de Janeiro. Falamos em ampliação do uso, na medida em que ocorre uma diferenciação na forma até então instituída de dominação do território: surgem múltiplas formas de intervenção, controle e utilização instrumental dos recursos do território que, no entanto, exatamente por serem múltiplas, dissimulam melhor os interesses do capital, mesclando-os com os interesses dos demais sujeitos que participam de sua organização, fazendo parecer que somos todos “parceiros na busca do desenvolvimento”.

Face a esse novo cenário, surgem também novas perspectivas de gestão políticas do território, já que mudam as relações e formas de dominação instituídas pelo capital. Temos como referência analítica, a identificação de uma mudança expressiva na orientação geral do capital que, estrategicamente, amplia a escala de operação instituída no pós-guerra, orientada pela lógica do desenvolvimento regional, por sua vez marcada pela concepção de que a ampliação e o fortalecimento dos estados nacionais permitiriam consolidar novos mercados e definir um novo ordenamento na divisão internacional do trabalho (Wallerstein, 2002). No decorrer dos anos 1990, sob a égide dos projetos neoliberais, tendo como marco expressivo os debates firmados no chamado *Consenso de Washington*, a escala e perspectiva do desenvolvimento se deslocam, ou melhor dizendo, incorporam o local como referencial importante para o capital. Inegavelmente isso representa uma nova concepção de dominação dos territórios, na qual ganha relevo o estabelecimento de novas interlocuções com os sujeitos que o organizam.

### **A perspectiva do desenvolvimento a partir das ações políticas no território;**

Novas referenciais e estratégias de localização das atividades econômicas e, conseqüentemente, de gestão do território emergem a partir dos anos 1990. E nesse novo processo o território, e todas as relações que ele expressa se manifestam. Os recentes movimentos de reterritorialização da organização industrial nos mostram que o

capital opera com outra lógica em termos de localização espacial, implicando novas formas de uso do território. Trata-se da busca por fatores mais associados aos novos padrões produtivos, que privilegiam os denominados recursos genéricos, como a formação e qualificação da força de trabalho, sistemas de inovações regionais e locais, tecnologias de comunicação, logísticas e infra-estruturas viárias capazes de permitir rápidas movimentações de mercadorias e baixo custo de produção. Partes significativas desses investimentos produtivos são, então, atribuídos aos governos locais, que acabam por estimular a destinação dos fundos públicos à capacitação do território para oferecer vantagens ao capital. Como salienta Milton Santos, ao analisar a contraditória noção de *produtividade espacial* que se expressa na absurda *guerra dos lugares*, mostra que para o capital “Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos (...) essa rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica e organizacional” (Santos, 1996, p.197). Assim, as crescentes pressões pela busca de maiores níveis de eficiência na utilização de fatores produtivos têm estimulado a localização de atividades produtivas em regiões onde a disponibilidade de fatores – força de trabalho e recursos naturais, em especial - seja mais favorável, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo. Por outro lado, é possível mencionar também um processo de desconcentração espacial da indústria, com o conseqüente surgimento de novas áreas industriais, processo que remonta à década de 70, mas que vem adquirindo uma nova dinâmica no período mais recente, inclusive em virtude dos estímulos de política econômica, definidos no plano federal, estadual e municipal (Brito, 2003).

Essas políticas acabam sendo incorporadas pelo Estado, em seus diferentes níveis governamentais, como uma necessidade de melhorar a gestão e governância do território e, com isso, lograr uma maior inserção na economia global, em nome da busca de melhores condições para seu “desenvolvimento”. Uma questão importante se coloca nesse momento. Por trás da lógica de inserção na economia global, que expressaria tão somente uma perspectiva de crescimento econômico, comumente designado como o elemento central para o desenvolvimento, se associa uma outra perspectiva: a de melhoria da qualidade de vida de sua população como resultado

desses investimentos, tornando-se uma justificativa para a destinação dos fundos públicos (Oliveira, 1998) para esse novo empreendedorismo governamental.

Essa questão, mesmo importante no que se refere ao segundo aspecto mencionado, marcará o primeiro. É verdade que a busca de uma gestão do território por parte dos governos, mais participativa e voltada para os interesses de sua população é algo desejado e, em alguma medida, tem sido implantado nos lugares, sobretudo, na esfera de governos municipais. Os resultados obtidos, porém, são limitados devido ao fato de que essas políticas estão mais a serviços de criar as condições de reprodução e atender os interesses do capital.

O conceito de desenvolvimento, portanto, precisa ser mais uma vez comentado. Nós nos reportamos à dois autores que o definem como uma conjugação dos dois fatores considerados acima, de forma que o desenvolvimento seja considerado, numa perspectiva macroeconômica, como “.. aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social.” (Furtado, 2000:15). Nessa concepção ocorre a indissociabilidade da produtividade do fator trabalho e a distribuição da riqueza socialmente produzida. Cândido Grzybowski, numa perspectiva mais sociológica, delinea o conceito como “(antes e acima de tudo) transformação de estruturas, relações e processos econômicos, políticos e culturais, para que a sociedade tenha novas bases de vida” (Grzybowski, 2006).

Partindo dessas considerações, devemos ressaltar que as ações dos poderes públicos, na busca do desenvolvimento, não deveriam buscar a instrumentalização do território para os interesses econômicos, que exigem investimentos prioritariamente na infra-estrutura produtiva, e sim estabelecer mecanismos de controle do uso do território de forma que, de fato, ocorra a distribuição da riqueza e/ou gerem mudanças que produzam novas base de vida. Dissemos isso porque o que acontece nas administrações municipais hoje é a multiplicação de programas sociais com vistas à melhoria dos indicadores, sem que isso se traduza em mudanças nas estruturas políticas locais, que garantam efetivamente o domínio e gestão compartilhada do território. Ao contrário, a maior parte dos poderes públicos age com um sentido puramente patrimonialista, defendendo interesses das *castas* burocráticas e

proprietárias, deixando a direção econômica completamente dissociada dos interesses sociais no território e, por conseguinte, em momento algum ordenando a estrutura produtiva para que esta cumpra algum tipo de contribuição para o desenvolvimento.

Com efeito, multiplicam os instrumentos de elaboração de planos de desenvolvimento, sem explicitar os mecanismos de distribuição da riqueza e de gestão compartilhada do território. São propostas que mobilizam os poderes públicos, como indutores do desenvolvimento econômico local, a partir da execução de planos estratégicos de desenvolvimento, que visam mobilizar os recursos sociais e naturais existentes no território para viabilizar os interesses do capital.

Todavia, para além das possibilidades reais de desenvolvimento, esses instrumentos, apenas viabilizam o uso do território para os capitais corporativos. Isso se evidencia no fato de que apenas os lugares que sejam de interesse direto das empresas logram algum tipo de aprimoramento das forças produtivas.

Constatamos isso ao observar um novo ordenamento do território do Estado do Rio de Janeiro, no qual os movimentos de reestruturação econômica só influenciam diretamente as áreas de interesse das empresas que utilizam um padrão tecnológico informacional e/ou logísticas de transportes e industriais de alto valor agregado. Também são significativas as mudanças em áreas em que predominam serviços especializados, sobretudo, os relacionados ao trabalho imaterial ligado às grandes firmas de comunicação e informação, bem como os centros de gestão das empresas e controle financeiro, típica dos núcleos metropolitanos. Secundariamente, também são de interesse, e apresentam algum tipo de maior inserção na economia global, as áreas que desenvolvem perspectivas geradas no setor de turismo, em face à maior capacidade de circulação de pessoas em função de eventos, negócios ou lazer.

Em nosso estudo, identificamos que os setores que alteram o ordenamento no estado do Rio de Janeiro são, particularmente, os relacionados à indústria do petróleo, em uma parte do território que estamos denominando região petrolífera; os ligados aos setores de serviços no núcleo metropolitano, bem como a dispersão dos empreendimentos industriais mais dependentes da proximidade aos centros de pesquisas e serviços para a periferia da região metropolitana; à maior dinamização do

setor metal-mecânico sob a égide do capital privado no médio Vale do Paraíba, particularmente o setor automobilístico; à reestruturação do Porto de Itaguaí, para onde vêm sendo transferidas as atividades do Porto do Rio de Janeiro, e em seu entorno se instala o mais novo pólo siderúrgico no estado; e, agora, com a refinaria da Petrobras e o pólo petroquímico de Itaboraí, a consolidação de um eixo petro-gás-químico na área que circunda a Baía de Guanabara.

A compreensão desses processos recentes se torna, portanto, objeto de investigação que tenha em conta os novos processos produtivos e exigem, ao nosso ver, mais algumas considerações acerca da organização do território e do território propriamente dito.

As principais mudanças observadas no estado têm remetimentos a estruturas já instaladas ou por força da localização dos recursos naturais, como é o caso da bacia petrolífera. Mas os novos empreendimentos, como o pólo automobilístico, siderúrgico ou petroquímico, são diretamente influenciados pelos recursos técnicos disponíveis no território. Não sabemos se, a princípio, poderíamos já partir para uma formulação de que o território teve um papel ativo na definição da localização desses empreendimentos. Devemos trabalhar muito esse conceito antes de qualquer conclusão. Mas creio que podemos afirmar que nunca o território, uma categoria central para compressão do espaço geográfico, esteve tão presente nas análises econômicas e sociais. Vale a pena aprofundar um pouco mais os referenciais analíticos sobre essa questão.

Partimos de nossa compreensão sobre o que é a produção do espaço, aqui trabalhada como resultante das relações sociais de produção. Portanto, falamos do espaço geográfico, como espaço social, seguindo os passos teórico-metodológicos que nos ensina Lefebvre (Lefebvre, 1976). Só assim podemos ter a real dimensão do território como sistemas de objetos e sistemas de ações, como propõe Milton Santos (Santos, 1996)

Assim, considerando o território como expressão de relações econômicas e sociais, há que se reencontrar o conceito tendo em consideração que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (Santos, 1996:15). Milton intitula o artigo do qual extraímos essa passagem como “O retorno ao território”,

de maneira a enfatizar a necessidade de recuperarmos, analiticamente, o papel ativo do território.

Milton mostra ainda que há uma necessidade de repensarmos as relações que organizam o território que, hoje, conjuga de forma mais intensa os processos que se expressam por meio das verticalidades (redes) e horizontalidades (domínio das contigüidades). O território, assim compreendido, é um espaço formado de lugares contíguos e de lugares em redes, ou seja, “as horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma contigüidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (Santos, 1996:16).

Nessa conjuntura, marcada por relações que tem origem em ordens próximas – que orientam a organização social em espaços contíguos – e em ordens distantes – orientadas por interesses e estratégias do capital corporativo – o território conhece novas formas e relações sociais que tentam dar novos usos e sentidos em sua formação. Nesses processos dois aspectos se destacam, exigindo de nós uma maior atenção na análise sobre a produção do espaço. O primeiro aspecto é o fato de que há uma nova forma de organização do trabalho, baseadas em novas tecnologias, que fazem com que as empresas tenham mais interesses nos recursos sociais, naturais e técnicos disponíveis no território, recursos já preparados para seu uso, de forma que não há mais interesse por parte do capital em dominar, hegemônizar, exercer o poder direto no território, mas sim usá-lo, estabelecer nele uma razão meramente instrumental. A organização do trabalho, torna-se, talvez mais do que antes o foi, uma importante referência analítica na qual,

“renova-se a importância do fator trabalho, condicionado pela configuração técnica do território no campo e na cidade, e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho .... Essa nova geografia do trabalho é um dado importante no entendimento da sociedade atual.” (Santos, 1996:18)

Disso também resulta a necessidade de um novo olhar sobre as relações de poder no território. O poder político, historicamente, cumpre um papel diretamente subordinado ao capital, agindo, como o faz deste os primórdios da formação do Estado moderno, como “um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (Marx, 1998:13). Atualmente, porém, renova-se o papel do Estado, na medida em que

ao capital interessa outras formas de ação, mais relacionadas ao aparelhamento do território em termos de recursos técnicos e sociais, e o controle social. Mais uma vez recorreremos a Milton Santos para essa nova relação.

“antes do enfraquecimento atual do Estado Territorial, a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam. Por isso mesmo, as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território.” (Santos. 1996:19)

Essas passagens nos permitem trabalhar com a hipótese de que os interesses locais e as formas de organização sociais são significativos para a disputa contemporânea dos sentidos e estratégias utilizadas pelo capital para lograr êxito em seu movimento de reprodução ampliada.

Esses novos processos sociais nos põem diante de um imenso desafio teórico, ou seja, buscamos compreender a variável *espaço social* na produção do conhecimento e, nela, o papel do território na formação das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas. A esse respeito, é expressiva a fala de José Reis, que destaca a relevância das investigações territorialistas ao mostrar que “a determinante espacial do desenvolvimento econômico é tão fundamental como o tempo” (Reis, 2005:51). Para esse autor,

“Um território – não sendo um dado, não sendo estático é, sem dúvida, um lugar em que se inscrevem relações de poder. Mas é, antes de tudo o mais, um lugar que define a morfologia das relações de poder em presença. As quais, não sendo lineares nem heteronimamente estabelecidas, têm que ser definidas e mapeadas para cada território e cada processo relevante.” (Reis, 2005:69)

Essas formulações nos mostram que há novos fatores e dinâmicas sociais na produção do espaço social e na organização do território, face aos atuais processos produtivos e recursos à disposição do capital. Como isso repercute no território fluminense, ou seja, no estado do Rio de Janeiro? Respostas a essas questões nos remetem à realização de pesquisas que ponham foco na investigação das diferentes forças políticas e interesses do capital nas diferentes partes que compõem o território.

Pesquisas que procurem enfrentar algumas questões que orientam nossas análises, sendo que, uma primeira questão diz respeito ao fato de que se antes ao capital interessava “dominar” o território, atuando nele como “pólo de desenvolvimento”, subordinando nele todos os agentes à sua própria lógica, hoje, a localização baseadas

nas redes de comunicação e tecnologias avançadas dispensa o *domínio* e faz prevalecer o *uso instrumental* do território. Assim, nos indagamos se, de fato, esses processos não induzem as instituições e sujeitos locais a prepararem o território para atender a esses interesses do capital – recursos genéricos – e como isso pode se reverter, também, em desenvolvimento social para todos os cidadãos?

Subjacente a essa questão há que se investigar também se os novos processos produtivos alteram a forma como o capital se relaciona com a formação social no território e, ainda, se as instituições locais adquirem, de fato, maior poder de intervenção na organização do território.

Para trabalhar essas questões pensamos que devemos recorrer a alguns pressupostos teóricos no campo das teorias do crescimento econômico e do desenvolvimento regional, já que a forma como essas relações se produzem devem ser o centro de nossas análises. E nesse caso, para uma correta definição teórico-metodológica do território devemos lançar mão de alguns outros referenciais teóricos para fundamentar a análise.

Destacarei uma formulação recente, que tem Jorge Benko e outros geógrafos franceses como referências analíticas. Trata-se das considerações acerca dos recursos específicos e recursos genéricos, no marco da Teoria da Proximidade Geográfica, pois consideram os fatores presentes no território nas análises de desenvolvimento regional. Essa formulação se insere em um quadro analítico que nos mostra a incorporação de novos referenciais às teorias do crescimento e desenvolvimento regional.

Essas formulações teóricas se tornam importantes referenciais para as análises ao longo do século XX, e tem como principal referência o aprimoramento das forças produtivas. São três fases importantes no marco das *teorias do crescimento e desenvolvimento regional*: (i) o período Keynesiano – 1930/1970. Onde o Estado age como agente capaz de exercer um papel central no processo de acumulação capitalista e desenvolvimento regional; (ii) o período neoliberal – 1970 – 1990, no qual são instituídas mudanças no padrão produtivo – renovada defesa da teoria neoclássica, aumentando a função exercida pelo fator tecnologia e resgatando a liberdade do mercado. Nessa fase, uma pequena questão de estabelece, como salientei em trabalhos anteriores, já que

ao se identificar que os processos sociais são modulados por uma multiplicidade de agentes, que decidem e atuam motivados e por diversos valores, interesses e demandas, recorrendo a estratégias frequentemente contraditórias entre si, se reconhece que o território não é mero suporte de empreendimentos econômicos, mas lugar tanto de potencialidades quanto de interesses e conflitos entre sujeitos que o delimitam e, por isso, em espaço socialmente produzido” (Oliveira, 2003, p.78);

Por fim, (iii) o período referenciado no dito crescimento endógeno, a partir dos anos 1990, no qual se delineiam as estratégias mais referidas à escala local em que, em alguma medida, cresce a importância dos fatores sociais e, sobretudo, do papel dos diferentes níveis governamentais em cada local. Conjugam-se, nessa fase, mais intensamente três fatores: as infra-estruturas instaladas; os equipamentos e insumos presentes na região; e, a organização social no qual devemos considerar as relações sociais, culturais e institucionais.

Nos marcos dessa última formulação é que identificamos algumas referências analíticas que contribuem para a compreensão dos movimentos espaciais recentes e das políticas de gestão do território.

### **Os efeitos da reestruturação produtiva e novos usos do território na metrópole e no interior**

Inicialmente, identificaremos as mudanças contemporâneas no espaço metropolitano fluminense, por ser uma das áreas em que ocorre mais intensamente uma reestruturação econômica e espacial e pelo alto grau de concentração de atividades que possui.

Estas mudanças se manifestam, em primeiro lugar, por meio do estabelecimento de novas centralidades urbanas, em geral, integrando os espaços antes tidos como periféricos. Ocorre, no decorrer dos anos 1990, um movimento interessante que se aproxima do que Soja denominou de exópole, considerada por ele como um movimento de consolidação da cidade de “fora”. Soja enfatiza uma espécie de reestruturação geográfica da metrópole, que de certo modo completa o processo de urbanização periférica de um século atrás. Segundo o autor,

“Esse duplo sentido visa sugerir que nossa compreensão convencional do que é urbano e do que é suburbano está sendo “desconstruído” como subúrbios que

não são “sub” urbanos, mas aglomerações urbanas complexas, multifuncionais, densas e diversificadas”. (Soja, 1996:157).

Temos, assim, por um lado, a redefinição do papel de cidades antes secundárias na organização dessas áreas, ampliando a especialização do núcleo, e produzindo novas centralidades na metrópole. Por outro lado, temos a expansão da influência do espaço metropolitano para além de seus limites tradicionais, incorporando a este espaço cidades e aglomerados urbanos mais afastados.

A região metropolitana institucionalmente constituída, que tem a cidade do Rio de Janeiro como núcleo, é composta por dezessete municípios. Quando consideramos as mudanças econômicas contemporâneas, logo observamos uma nova rede de relações e a redefinição de seus limites para efeito de análise dos novos processos produtivos. Em nossos estudos temos delineado uma divisão que considera uma expansão do núcleo, formado mais consistentemente tanto pela cidade do Rio de Janeiro quanto por Niterói – cidades separadas pela Baía de Guanabara, mas unificada pela Ponte que liga as duas cidades – em face da expansão de uma economia de serviços especializados e de localização de indústria de alto valor agregado, além das atividades turísticas que são bem desenvolvidas em ambas as cidades. Cada uma dessas partes do núcleo, agora, estabelece relações de proximidade e comando de duas áreas industriais que se estendem para além dos limites formais da região metropolitana. Trata-se de uma nova configuração, apresentada em estudos técnicos (Saraça, 2006) no âmbito da Fundação Cide – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, que são denominadas de Região Industrial leste da Baía de Guanabara, da qual participa a cidade de Niterói, e a Região Industrial oeste da Baía de Guanabara, que inclui a cidade do Rio de Janeiro, que podem ser observadas no cartograma em anexo.

Essa configuração atualiza as referências que se tinha, de que a metrópole fluminense era composta de um núcleo como o espaço mais industrializado e uma periferia segregada por falta de investimentos produtivos e sociais. Atualmente é acentuado o declínio das atividades industriais clássicas no núcleo – tendo apenas como exceção o setor naval, que tem base nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói – que apresenta a maior perda proporcional de postos de trabalho formal no setor industrial.

Esse declínio é, por outro lado, compensado pelos crescentes investimentos na “periferia metropolitana”, onde se consolidam projetos industriais importantes. Na parte oeste, compostas pelos municípios de Belford Roxo, Itaguaí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica, dois projetos se destacam: a reestruturação do Porto de Itaguaí e a instalação do pólo siderúrgico. A região, que já possui uma economia altamente diversificada, mas concentrada na cidade do Rio de Janeiro, atualmente começa a descentralizar essas atividades para as áreas mais próximas do porto de Itaguaí, município vizinho que não é formalmente considerado metropolitano, mas que entra em nossa proposta. Nessa área mais próxima ao porto já se localiza a siderúrgica Gerdau, situada no distrito industrial de Santa Cruz, e essa atividade será ampliada com a instalação de outra grande empresa do ramo, a Cia. Siderúrgica do Atlântico - CVRD-Thyssen, e possivelmente uma subsidiária da Cia. Siderúrgica Nacional na região, próximo ao reestruturado porto de Itaguaí. A ampliação desse setor industrial no espaço metropolitano ocorre como resultante da modernização do porto, hoje o mais importante do estado, que assume funções de principal terminal de *container*, de exportação de minério e futuramente tornando base de escoamento graneleiro, permitindo atividade de beneficiamento na região. Em torno desse projeto se associam as prefeituras da Baixada Fluminense, como foi demonstrado na luta pela instalação de uma refinaria e, nesse processo, a cidade de Nova Iguaçu torna-se portadora de uma capacidade de articulação regional, constituindo-se uma nova referência na gestão do território e assumindo de vez a condição uma cidade de “fora”, como mencionado por Soja em páginas anteriores.

Na parte leste do espaço metropolitano, composta pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Marica, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá, o referencial mais recente é o de formação de um eixo industrial associado à produção petrolífera. O município de Duque de Caxias, é onde se localiza a antiga refinaria da Petrobras (Reduc) e, em suas dependências foi instalado o mais recente pólo gás-químico do país. A partir desse município em direção ao litoral norte do estado está se formando um eixo de atividade associada ao setor petroquímico, que integra esses municípios com os que compõem a região diretamente

impactada pelas atividades extrativista, denominada Região Produtora de Petróleo e Gás.

Uma nova refinaria e um pólo petroquímico estão sendo instalados nesse eixo, nos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, que promoverá um intenso dinamismo tanto na economia quanto nos mecanismos de gestão do território nessa parte da metrópole. Vale registrara que vários desses municípios não pertencem a região metropolitana formalmente constituída, como os municípios de Cachoeiras de Macacu, Marica, Rio Bonito e Silva Jardim. Mas, por forças das relações e articulações que se realizam entre os municípios, pelo fato de que por eles passam os gasodutos e oleodutos que atravessam a região e, sobretudo, por que também receberão investimentos associados à indústria petrolífera, esses municípios, junto com os situados na região metropolitana, formaram o Conleste - Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense. Portanto, estamos considerando que esses municípios podem ser considerados com uma área de expansão da metrópole.

O aspecto mais importante dessa nova configuração da metrópole expandida, é que sua integração será facilitada pela produção de novas vias de circulação viária, tirando do núcleo metropolitano a centralidade da comunicação entre os municípios. Já está em curso a construção do “arco rodoviário”, uma via expressa que contornará toda a extensão da Baía de Guanabara, ligando o município de Itaboraí ao Porto de Itaguaí, portanto, cruzando todos os municípios da franja externa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os municípios que agora também compõem a metrópole, terão acesso privilegiado a essa via por meio da duplicação da BR.101, que corta o estado de norte a sul mas que tem restrições de circulação por conta da Ponte Rio-Niterói.

A construção do “arco rodoviário” e a duplicação da BR.101, integrando toda a metrópole com seus limite expandidos, também gera uma integração econômica e industrial com a principal área de produção do petróleo no estado, a Região Produtora de Petróleo e Gás. Essa região é composta pelos municípios de Carapebus, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, e também apresenta uma nova configuração, face a integração econômica dos municípios antes considerados canavieiros, com os que se localizam na área mais ligada ao setor de

turismo praiano no litoral norte do estado. Hoje, suas economias e as ações públicas são prioritariamente dirigidas a consolidação das atividades relacionadas à indústria petrolífera, por meio de investimentos tanto no setor industrial e extrativista quanto no imobiliário residencial e de negócios. Os municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, sobretudo esse último, são profundamente influenciados pela demanda habitacional e de serviços gerada pelo crescente número de pessoas empregadas nas atividades extrativistas.

Todas essas transformações requalificam os lugares e tornam a economia local muito mais dinâmica. O norte fluminense, pelas suas características históricas de uma economia ligada aos setores agrários sucro-alcooleiro, tinha a cidade de Campos dos Goytacazes como centro regional e uma economia totalmente organizada em torno desse setor e de algumas outras atividades sem maior expressividade, como o setor de cerâmica vermelha. A cidade de Macaé, igualmente, tinha uma economia voltada para essa mesma atividade e complementada pela pesca artesanal, ainda hoje presente em seu território. Por fim, os municípios litorâneos, tendo como centro mais estruturado a cidade de Cabo Frio, possuíam uma base turística de escala regional, e em alguns pontos internacional, como é o caso do município de Armação dos Búzios.

Atualmente, sob o égide das atividades extrativistas e industriais que se implantam na região, os lugares vão redefinindo suas bases econômicas e, conseqüentemente, pelo fato de que são atividades de alto valor agregado e que utilizam tecnologias e força de trabalho altamente qualificados, adquirem uma nova forma de inserção na economia do estado.

Mudam-se as bases econômicas de cada uma dessas cidades, influenciando decisivamente em toda a organização do território no norte do estado. A cidade de Campos dos Goytacazes, a maior em população da região, torna-se um importante centro de serviços de formação técnica e de atendimento médico. Considerada, a partir dos anos 1990, o segundo pólo universitário do estado, possui, hoje, treze instituições de ensino superior, abrigando mais de trinta mil matrículas em nível de graduação e pós-graduação. Destacam-se as duas principais instituições públicas e de pesquisa instalada na cidade, que são o Centro Federal de Educação Tecnológica e a

Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Tal crescimento está associado a grande demanda de força de trabalho qualificado para atender à indústria petrolífera.

Já a cidade de Macaé, a principal base logística da Bacia de Campos, adquire as feições de um novo centro regional, integrando os municípios próximos à lógica da economia petrolífera. Tal dinamismo influencia diretamente os municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, onde antes predominavam atividades de turismo associada à cidade de Cabo Frio, e agora se expande significativamente as atividades imobiliárias para absorver o grande contingente de trabalhadores atraídos pelo novo cenário econômico.

Essas mudanças na base produtiva geram um duplo movimento em termos de investimentos na região: a implantação de infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dessas atividades – como bases aeroportuárias, rodovias, geração de energia, sistemas integrados de comunicação e redes de fibras óticas - e um significativo aumento na arrecadação das administrações locais, a partir de 1998, devido a reformulação das leis dos *Royalties*, que amplia o volume de recursos arrecadados com essas atividades, influenciando diretamente na organização social nessa parte do território.

Vemos, assim, a formação de um grande eixo de desenvolvimento, que integra a economia metropolitana e a região petrolífera, agora, com a consideração de que a metrópole se expandiu, formando uma área contígua e integrada pela indústria do petróleo. É evidente que isso não implica a eliminação das demais atividades historicamente instituídas, como as atividades sucro-alcooleira, pesca, cerâmica, turismo e outras, mas esses novos empreendimentos evidenciam um novo direcionamento dos fundamentos e da integração da economia da metrópole com o interior norte do estado.

### **Os efeitos da reestruturação produtiva na produção do espaço no sul do estado**

Um outro vetor de mudanças se instaura no território fluminense, influenciado pelos processos de reestruturação econômica e espacial decorrentes dos empreendimentos ligados aos setores que utilizam tecnologia alto valor agregado. Trata-se das atividades industriais reestruturadas e/ou implantadas na área do médio vale do Paraíba,

denominado aqui, como Região Industrial do Médio Paraíba. Trata-se de uma região no estado também contígua à metrópole fluminense expandida, no sentido interior sul, integrando essa região à que nos denominamos Região Industrial oeste da Baía de Guanabara.

A reestruturação produtiva dessa parte do território ocorre inicialmente na maior companhia siderúrgica do país, a CSN, localizada no município de Volta Redonda. Privatizada em 1993, inicia um intenso movimento de redução do quadro de pessoal, a partir da implantação de tecnologias mais informatizadas, e de diversificação a linha de produtos por ela oferecidos, beneficiando o aço por meio de linhas de *estanhamento* e acabamentos destinados a indústrias do setor metal-mecânico.

O efeito mais imediatos disso foi a atração de indústrias automobilísticas para a região, como a fábrica de caminhões da Volkswagen, no município de Resende, e a de automóveis da Peugeot-Citröen, no município de Porto Real. A partir delas um conjunto de firmas de auto peças, como a fábrica de pneus Michellin, no município de Itatiaia, e de instalação de eixos nos caminhões, em Porto Real, também se instalam na região. Conseqüentemente, outros segmentos industriais se aproximam, com a perspectiva de aproveitamento das sinergias criadas, como setores de indústrias químicas e de vidros, como a empresa americana Guardian, além de um conjunto de infra-estruturas e logísticas industriais, como a estação aduaneira e o uma ZPE associada a Zona Franca de Manaus.

Esse movimento industrial gera mudanças importantes na organização e gestão do território. Em primeiro lugar pelo fato de que esses segmentos industriais e o próprio comando central da CSN, agora, têm sede na cidade de São Paulo, estabelecendo um novo direcionamento dos fluxos financeiros e de apoio logístico com a metrópole paulista.

Tal fato impulsiona os sujeitos sociais e as administrações locais a promoverem mudanças nos mecanismos de dominação e gestão, na medida em que novos atores entram em cena. Movimentos institucionais e sociais de redirecionamento das bases econômicas se verificam na maioria dos municípios, buscando alterar seu perfil nessa nova economia regional. A cidade de Volta redonda, por exemplo, redefine as relações com a direção privada da CSN e procura ajustar a cidade como um novo centro de

serviços para toda a região, passando a exercer um papel antes secundarizado. Resende e Porto Real se especializam como novos centros industriais, reestruturando o distrito industrial existente em Resende e expandindo as áreas para esse fim. O município de Itatiaia aproveita o surto industrial e aprimora seus espaços de atividades turísticas e de lazer, dinamizado pelos novos empreendimentos. Cidades mais próximas da metrópole que como Piraí e Barra do Piraí, investem mais agressivamente em pequenos empreendimentos e absorção de empresas antes localizadas na Região Metropolitana.

Há aí, ao nosso ver, um exemplo claro de uso do território por meio das redes – comunicação e tecnológica. Por outro lado, tal uso, não hegemônico, induz a uma disputa das instituições locais pelos sentidos mais sociais e de interesses dos sujeitos locais no território.

### **Considerações finais**

As considerações apresentadas nesse trabalho procuram evidenciar que há um movimento de reestruturação espacial no estado do Rio de Janeiro, induzida por setores econômicos que fazem uso de tecnologias de alto valor agregado. Não é um movimento endógeno, pura e simplesmente, de integração da economia local em uma ordem global, como querem fazer crer os defensores de que o desenvolvimento é algo que se inscreve na responsabilidade dos poderes locais.

Em alguma medida, todo o dinamismo decorrente da implantação de novos setores produtivos ou a reestruturação dos existentes, está associado ao uso do território por capitais que operam em diferentes escalas. Essas mudanças conjugam e formam uma nova base territorial das atividades produtiva ao mesmo tempo fragmentada, na medida em que estão sob a influência de determinações geradas em diferentes escalas, como verticalidades, mas, por outro lado, produzindo relações que exigem novas formas de uso do território, que consideram as características dos territórios contíguos, as horizontalidades como sugere Milton Santos.

Isso se evidencia na análise das dinâmicas recentes no território fluminense, onde observamos que somente nas áreas em que ocorre penetração dos capitais e empresas que utilizam tecnologias com alto valor agregado as atividades econômicas

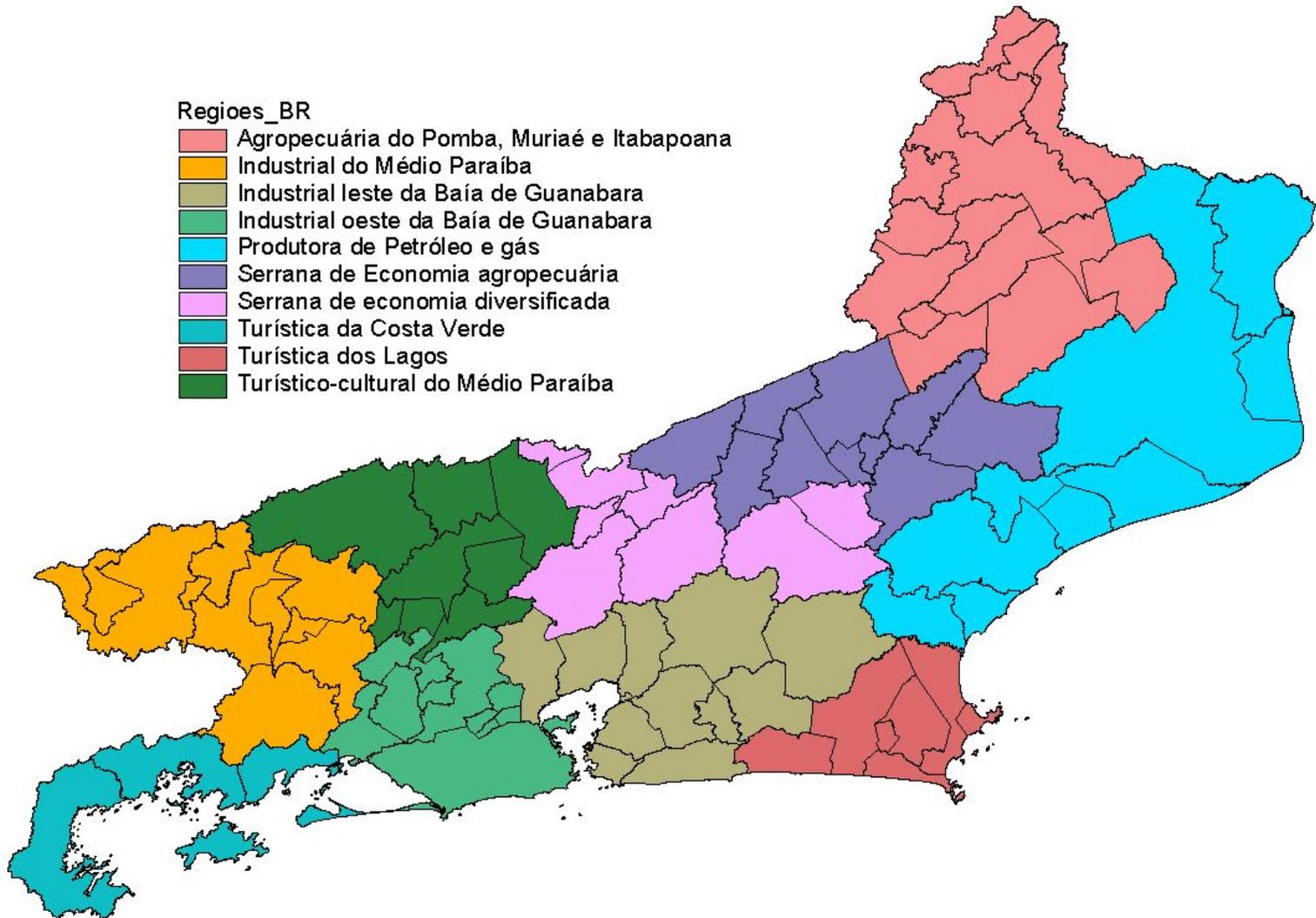
influem na produção do espaço e são instituídas novas formas de organização social. Assim, verificamos um movimento de expansão da metrópole e, em alguma medida, uma maior integração com as áreas contíguas que também apresentavam novos segmentos industriais associados a economia global. Para além dessas partes do território, as demais áreas, formam regiões pouco dinâmicas e ligadas a setores de economia agrária, turística de baixa densidade e diversificada, em que predominam pequenos e médios empreendimentos, como a região serrana do estado.

No espaço metropolitano é onde esse processo mais se evidencia. Os investimentos públicos e os interesses de empresas que utilizam tecnologias informacionais criaram novas áreas para realizar seus negócios, sem perder as vantagens que a proximidade do núcleo metropolitano lhes permite. Isso implica em formação de novos centros urbanos com capacidade de gerenciar o desenvolvimento desses projetos fora do núcleo.

Todavia, a questão que fica é como as ações dos poderes públicos e essas novas oportunidades para o capital se revertem para o conjunto da sociedade.

Regioes\_BR

- Agropecuária do Pomba, Muriaé e Itabapoana
- Industrial do Médio Paraíba
- Industrial leste da Baía de Guanabara
- Industrial oeste da Baía de Guanabara
- Produtora de Petróleo e gás
- Serrana de Economia agropecuária
- Serrana de economia diversificada
- Turística da Costa Verde
- Turística dos Lagos
- Turístico-cultural do Médio Paraíba



## **Bibliografia**

BRITO, Jorge. Arranjos Produtivos locais: Perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.

EGLER, Cláudio G. Crise e dinâmicas das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E. et alli (Orgs) *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, p 185-220.

GEIGER, Pedro P. Novas estruturas urbano-regionais: a categoria região-cidade global. In.: *Anais Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Presidente Prudente, Associação dos Geógrafos Brasileiro, 1999, p.69 a 76.

\_\_\_\_\_. Refletindo sobre a regionalização no Brasil e a hipótese da cidade/região global: um ensaio. In.: *Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, Vol. III, p. 1745 a 1762.

GRZYBOWSKI, Cândido. Jornal O Globo, 07 de dezembro, p.7

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia – Contribución a la teoría de las representaciones*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica, (1980) 1983.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In.: SANTOS, Milton et alli (Org`s) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec:ANPUR, 1996.

\_\_\_\_\_. *Região e Geografia*. São Paulo, Editora Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Floriano J. G. de. Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. Tese. São Paulo, FFLCH/Departamento de Geografia/USP, 2003, [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)

\_\_\_\_\_. Mudanças tecnológicas e produção do espaço: considerações sobre desenvolvimento na escala local. In.: *Investigaciones Geográficas*. México, Boletín Del Instituto de Geografía de la UNAM, nº 52, Diciembre/2003, p. 72-82.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho e SOUZA, Maria Luiza P. Da Região Institucional à Região de Fato: A incorporação da periferia metropolitana à metrópole fluminense. In.: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, Por uma Geografia Latino-Americana: Do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade*. São Paulo, SBD/FFLCH/USP, CD-Rom, p. 10849 – 10864.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1998.

MAKUSEN, Ann. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Revista Espaço & Debates*. São Paulo, Ano 1, nº 2, 1981, p.53-67.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engel. O manifesto comunista. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1998, 14ª edição.

REIS, José. Uma epistemologia do território. In.: *Revistas Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA/UFRRJ, Ed. Mauad, Vol. 13, número I, 2005.

SANTOS, Angela Moulin S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo – eação e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. “O retorno do território”. In.: SANTOS, Milton et alli (Org`s) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec:ANPUR, 1996.

SASSEN Saskia. *A Cidade Global*. In: LAVINAS, Lenas et alli. (Org) *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec, 1993, p. 187 - 202.

SCOTT, Allen J. *Regions and the world economy – the coming shape of global production, competition, and political order*. New York, Oxford University Press Inc, 1998.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso*. In.: SANTOS, Milton et alli (Org`s) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec:ANPUR, 1996.

STORPER, Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York / London, The Guilford Press, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2002.